

## Patrimônio Cultural e Cidadania: as representações de memória nos museus<sup>1</sup>

Solange Godoy

Museóloga, bacharel e licenciada em História.

Mário Chagas

Museólogo, professor da Escola de Museologia da UNI-RIO, mestrando em Memória Social e Documento, técnico do Museu da República.

Em 1937 o escritor Paulo Duarte, por meio do jornal *O Estado de São Paulo*, moveu uma ampla campanha **Contra o Vandalismo e o Extermínio** do patrimônio cultural brasileiro. Manifestandô o seu apoio a esta campanha o poeta Mário de Andrade, em carta dirigida a Paulo Duarte, afirmou: “Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização. Não disseminados organismos outros que salientem no povo o valor e a glória do que se defendeu, tudo será letra morta, gozo sentimental e egoístico de uma elite. E a defesa jamais será permanente e eficaz.” (DUARTE, 1938:221-222)

Acordamos a memória desses dois paulistas militantes do antigo Departamento de Cultura de São Paulo, para recuperar a tradição e a densidade do debate, e ainda para homenagear o Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo, pela iniciativa e coragem de realizar o Congresso *Patrimônio Histórico e Cidadania*, num momento de novos vandalismos e extermínios do patrimônio cultural e natural brasileiro, como pode ser facilmente percebido através dos veículos de comunicação.

É preciso reconhecer, no entanto, que entre 1937 e 1991 há uma grande diferença, não apenas de tempo, mas também de conceituação. Em 1937 havia mais clareza e mais certeza em relação à delimitação do campo do patrimônio histórico e artístico. A noção de patrimônio vitoriosa e oficialmente estabelecida — diversa daquela que Mário de Andrade apresentava já em 1936: mais abrangente e problematizadora — deixava de lado os bens culturais não-tangíveis e na prática enfatizava a preservação dos testemunhos de pedra e cal oriundos de determinado segmento social, econômico e religioso.

Hoje, com menos certezas, compreendemos que o patrimônio cultural e o natural que dele faz parte — enquanto conjunto de bens que se transmite de uma geração para outra — implica seleção e atribuição de valores, e está envolvido por uma dimensão política. Compreendemos hoje que o patrimônio cultural, entendido aqui como sinônimo de patrimônio histórico, não é um dado inquestionável, não é um presente dado que simplesmente deve ser aceito; compreendemos também que o patrimônio cultural é construído pedra por pedra, tijolo por tijolo, imagem por imagem, documento por documento, som por som, gesto por gesto.

Envolvendo seleção e atribuição de valores, tendo uma dimensão política e ideológica o patrimônio cultural implica sempre um determinado recorte da realidade e não a realidade inteira. Está claro, portanto, que diante da impossibilidade prática de se preservar e transmitir tudo, o que resultaria em repetição e impedimento da manifestação do novo, cresce a importância de se compreender os mecanismos de seleção.

Nesse ponto vale interrogar: como se processa essa seleção? Quem seleciona? A quem serve a seleção?

As respostas a estas questões são complexas e interessam particularmente à museologia, disciplina que envolve estudos referentes à memória, ao patrimônio, à documentação, preservação e comunicação de bens culturais.

Além de complexas as respostas às questões anteriores são também variadas. A seleção pode ser o resultado de uma decisão individual ou coletiva, pode estar sintonizada com necessidades individuais ou coletivas, pode ser realizada pelos mais diferentes interesses e pode funcionar como um elemento de dominação ou de libertação. Impõe-se o tema fundamental desse Congresso: a relação entre o Patrimônio Histórico e a Cidadania.

O binômio *Patrimônio Histórico e Cidadania* expressa, em nosso ponto de vista, uma situação dinâmica onde um termo serve para referenciar o outro.

É evidente que tanto o patrimônio como a cidadania são conceitos em permanente elaboração. Ao afirmar que um conceito pode referenciar o outro, estamos nos amparando na idéia de que o patrimônio, em sentido amplo, não diz respeito apenas aos bens tangíveis, mas também aos não-tangíveis. Neste caso, a própria *cidadania é patrimônio histórico*, construído.

Por outro lado, o patrimônio cultural a ser preservado, como representação da memória social e coletiva, é um direito constitucional e nos remete de volta à cidadania.

Ocorre, no entanto, que no Brasil não basta afirmar o direito constitucional, é preciso garantir o seu cumprimento. Há no Brasil uma grande distância, uma distância que chega mesmo a ser proverbial, entre a lei no papel e a lei em ação ou aplicada, entre as metas e os objetivos alcançados.

É importante frisar que o exercício da cidadania, no âmbito do patrimônio cultural, não reside apenas na preservação do patrimônio já consagrado e herdado, passa também pela participação dos cidadãos nas decisões sobre os rumos do patrimônio preservado e preservável. De outro modo: é importante garantir o acesso democrático ao bem cultural preservado, mas é igualmente importante, para o êxito da própria preservação, garantir a participação democrática da população nos processos decisórios para a preservação. Como afirma Joaquim Falcão, nada disso é possível “sem a democratização progressiva e permanente das relações entre burocracia estatal e populações”. (1987)

O binômio *Patrimônio Histórico e Cidadania* nos leva ainda a compreender que num país onde a cidadania é privilégio, o patrimônio histórico é referência de alguns. O Brasil não está longe dessa situação. A cidadania como privilégio exila por completo da esfera da preservação e uso do patrimônio cultural segmentos sociais bem determinados. A cidadania como privilégio dificulta a construção de um sistema orgânico e consistente de valores regionais/locais, uma vez que as referências culturais ou os valores de identidade cultural “escolhidos” para representar o coletivo são externos, estrangeiros, estranhos ao processo de construção do território/região e de constituição de memória dos habitantes/cidadãos.

Assim, o exercício da cidadania passa necessariamente pela construção voluntária da memória social, pela construção do patrimônio cultural e do espaço/território de ocupação.

A memória, como se sabe, é a representação do passado no presente. Ela não é o passado, é a sua representação e como tal é dinâmica e cambiante, é espacial e temporal, é individual e coletiva.

Esse aspecto vivo e dinâmico da memória levou Pierre Nora a afirmar que a “memória é a vida, sempre trazida pelos grupos vivos e, por esta razão, ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e freqüentes revitalizações.” (1984)

Sem memória não existiriam a linguagem, o ensino-aprendizagem, a vida psíquica e espiritual.

É interessante observar que sendo representação a memória não é a marca deixada pelo tempo. Da mesma forma que a cicatriz gerada por um acidente não é a memória do acidente, assim também o pára-choque de um fusquinha 68 não é o fusquinha, nem a memória do ano de 1968 (que não acabou), ainda que possa acordar em nós fragmentos dessas memórias. “O bem cultural, por esta ótica, é um sinal, uma marca, uma cicatriz ou uma chaga projetada no tempo. A memória não se encontra depositada sobre os bens culturais e naturais, encontra-se na relação que com eles se pode manter”. (CHAGAS, 1990)

São essas representações de memória ou fragmentos patrimoniais que os museus, independentemente de suas tipologias, preservam. Está claro portanto que preservar objetos não é sinônimo de preservar a memória. A preservação do objeto tem sentido à medida em que ele é compreendido como suporte e representação de memória.

O fato de que nos museus estão reunidas coleções de representações de memória faz com que eles sejam concebidos também como “lugares de memória”, e, em consequência, lugares de lembrança e de esquecimento.

Estudar a lógica da formação dessas coleções ajuda-nos a compreender melhor o que elas representam, bem como a mentalidade dos indivíduos ou das coletividades que as geraram.

O passo inicial para esses estudos, bem como para qualquer ação de preservação ou dinamização de objetos museológicos, é o conhecimento básico desses acervos o que pode ser disparado através de uma ação de inventário — é preciso pesar, medir e contar, diriam os antigos. Por esta razão, aproveitamos a oportunidade que o Congresso Brasileiro do Patrimônio Histórico e Cidadania nos oferece para divulgar, pela primeira vez, alguns dos resultados alcançados pela Comissão de Inventário de Acervos Museológicos (CIAM)<sup>2</sup>, instituída em 18 de junho de 1990, com o objetivo de inventariar o acervo museológico da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), que se encontravam, então, em processo de extinção.

A Comissão de Inventários de Acervos Museológicos iniciou os seus trabalhos sem ter noção do número total de Unidades que possuíam acervo museológico e que estavam de alguma forma vinculadas ao sistema SPHAN/FNPM.

Os levantamentos iniciais indicaram um total de 58 Unidades a serem inventariadas. Dessas 58 unidades, 46 indicaram que possuem acervo museológico e 12 que não possuem esse tipo de acervo.

Entre as 46 Unidades que possuem acervo museológico encontramos as mais diversas situações no que tange ao uso de tecnologia para a documentação do acervo. Estas situações variavam desde a adoção de fichários e livros de registro manuscritos, passando por registros datilografados, chegando até a procedimentos técnicos informatizados. Esta grande diversidade de procedimentos revelou que mesmo tendo existido um Sistema de Informatização para os Acervos Museológicos a estrutura SPHAN/FNPM não alcançou a pretendida unidade no tratamento técnico documental dos seus acervos. A possibilidade de recuperação rápida de informações através de um sistema de informatização de acervos é uma realidade que ainda não atingiu a maioria dos museus do sistema SPHAN/FNPM. Existem exceções para confirmar a regra.

Os problemas que dificultam a informatização dos acervos decorrem da pouca atenção que se dá às representações de memória preservadas nos museus e se refletem na falta de pessoal especializado, de equipamentos e de condições de trabalho.

O mais grave, no entanto, é que a maioria das Unidades inventariadas (52,17%) não tem condições de executar um trabalho sistemático de conservação do acervo.

O acervo total sob a responsabilidade da FNPM, incluindo aquele que se encontra sob guarda, é composto de **223.951** objetos. Como inventário é um processo dinâmico esse número no dia de hoje pode estar sendo alterado. Estamos, portanto, usando os dados de novembro de 1990.

O quadro abaixo apresenta o total de acervo distribuído pelas Unidades Federativas:

|                     | Quantidade de Objetos |               |
|---------------------|-----------------------|---------------|
|                     | Número                | %             |
| Rio de Janeiro      | 188.608               | 84,21         |
| Espírito Santo      | 19.197                | 8,57          |
| Minas Gerais        | 4.849                 | 2,18          |
| São Paulo           | 4.431                 | 1,97          |
| Maranhão            | 1.681                 | 0,75          |
| Goiás               | 1.642                 | 0,73          |
| Brasília            | 1.203                 | 0,53          |
| Bahia               | 611                   | 0,27          |
| Paraíba             | 565                   | 0,25          |
| Paraná              | 473                   | 0,21          |
| Pernambuco          | 340                   | 0,15          |
| Rio Grande do Norte | 149                   | 0,06          |
| Rio Grande do Sul   | 92                    | 0,04          |
| Pará                | 68                    | 0,03          |
| Santa Catarina      | 42                    | 0,01          |
| <b>Total</b>        | <b>223.951</b>        | <b>100,00</b> |

O quadro acima evidencia que dentro da estrutura da SPHAN/FNPM, atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Rio de Janeiro é a Unidade Federativa que apresenta maior densidade museológica. E isto se deve basicamente ao fato de que os quatro maiores museus, em termos de quantidade de objetos, estão situados neste estado: O Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Imperial e o Museu da

República. Os três primeiros foram criados no momento em que o Rio de Janeiro ainda era a Capital Federal e o último exatamente no ano da transferência da Capital para Brasília.

Do total de 223.951 objetos, 216.235 objetos são de propriedade da FNPM, atualmente IPHAN. É importante destacar que do conjunto de 216.235 objetos de propriedade da FNPM, 140.650 pertencem ao Museu Histórico Nacional, o que equivale a 65,04%. Verifica-se assim que há uma grande concentração de acervos naquela que é a Unidade Museológica mais antiga das que fazem parte da estrutura organizacional da FNPM.

Os trabalhos da Comissão de Inventário indicaram que as Unidades da FNPM, em seu conjunto, possuem 7.716 objetos sob guarda, o que equivale a 3,44% do acervo total.

O quadro abaixo apresenta os 7.716 objetos distribuídos em três tipos básicos:

|                              | Quantidade de Objetos |               |
|------------------------------|-----------------------|---------------|
|                              | Número                | %             |
| Outras instituições públicas | 679                   | 8,79          |
| Instituições particulares    | 3.592                 | 46,55         |
| Pessoas físicas/particulares | 3.445                 | 44,64         |
| <b>Total</b>                 | <b>7.716</b>          | <b>100,00</b> |

É importante destacar que do total de 3592 objetos pertencentes a instituições particulares, 3524 (ou 98,1%) pertencem a instituições religiosas, nomeadamente, católicas.

Das 46 Unidades que possuem acervo, apenas 14 possuem objetos cedidos. Estas 14 Unidades cederam 5002 objetos (ou 2,23% do total) para três tipos básicos de instituições:

|                              | Quantidade de Objetos |               |
|------------------------------|-----------------------|---------------|
|                              | Número                | %             |
| Outras Unidades da FNPM      | 1.861                 | 37,20         |
| Outras instituições públicas | 3.053                 | 61,03         |
| Instituições particulares    | 88                    | 1,75          |
| <b>Total</b>                 | <b>5.002</b>          | <b>100,00</b> |

O quadro acima indica que dos 5.002 objetos cedidos, 4.914 (ou 98,23%) estão emprestados para órgãos públicos. Verifica-se assim, que o empréstimo para instituições particulares é pouco freqüente, sobretudo se comparado com os percentuais dos objetos de instituições particulares e pessoas físicas sob a guarda da FNPM.

Em relação a conservação do acervo encontramos o seguinte quadro:

|                                                              | Quantidade de Objetos |               |
|--------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------|
|                                                              | Número                | %             |
| Não têm possibilidade de realizar um trabalho de conservação | 24                    | 52,17         |
| Têm possibilidade de realizar um trabalho de conservação     | 18                    | 39,13         |
| Não responderam a questão                                    | 4                     | 8,69          |
| <b>Total</b>                                                 | <b>46</b>             | <b>100,00</b> |

A informação de que a maioria absoluta das Unidades não tem condições de realizar um trabalho sistemático de conservação do acervo foi corroborada pela informação de que 99.474 objetos (ou 44,41% do total) necessitam de trabalhos de restauração. Este dado indica a necessidade urgente de uma política de conservação para acervos museológicos, que passe pelo investimento na capacitação profissional. Estes altos índices esclarecem que as Unidades Museológicas da FNPM estão sem condições de cumprir uma das funções básicas dos museus, qual seja: a conservação das representações de memória. É evidente que a persistência desses índices coloca em risco expressiva fatia do patrimônio cultural brasileiro e, em consequência, obstaculiza todo o trabalho de pesquisa e de educação que com o mesmo esteja relacionado. Há uma correspondência direta entre a preservação das representações de memória e a cidadania.

Utilizando o Thesaurus para Acervos Museológicos a equipe da Comissão de Inventário distribuiu 221.651 objetos por 18 categorias, sendo que duas delas: botânica e zoologia, não fazem parte do Thesaurus. Por falta de dados 2.300 objetos não puderam ser classificados. No entanto, do ponto de vista da compreensão qualitativa do acervo esse fato é irrelevante.

Do total de 221.651 objetos classificados, 108.024 (ou 48,73%) estão incluídos na categoria de Objetos Pecuniários. Esta simples observação reflete a dimensão do Departamento de Numismática do Museu Histórico Nacional diante do conjunto dos acervos museológicos da FNPM, atual IPHAN. As

categorias seguintes de maior densidade são as de: Artes Visuais com 26.927 objetos (ou 12,14%), Interiores com 12.714 objetos (ou 5,73%) e Objetos Cerimoniais com 18.534 objetos (ou 8,36%).

Em termos de frequência nas Unidades as categorias que mais ocorrem são as de Artes Visuais (40 vezes), Comunicação (35 vezes), Trabalho (33 vezes) e Acessórios de Interiores (33 vezes); e as que menos ocorrem são as de Zoologia (uma vez), Botânica (2 vezes), Castigo/Penitência (11 vezes) e Objetos Pecuniários (12 vezes). A frequência indica exatamente a tendência das Unidades em relação à constituição de acervos. Como é evidente a baixa frequência indica uma grande concentração e a alta frequência uma grande distribuição de acervos.

Estes dados são fundamentais para nortear políticas de valorização e aquisição de acervos. Os baixos índices de acervos distribuídos nas categorias de Castigo/Penitência com 125 objetos (ou 0,05%), Lazer/Desporto com 585 objetos (ou 0,18%) e Trabalho com 2.801 objetos (ou 1,26%), merecem uma análise mais profunda, uma vez que eles apontam para questões tais como: qual o lugar do Lazer, do Trabalho, do Castigo e da Tecnologia nos museus e na sociedade brasileira? Que testemunho de memória nos dão os testemunhos ausentes dos museus?

De uma maneira geral os acervos dos museus da FNPM (atual IPHAN) datam dos séculos XVIII e XIX. Poucas são as Unidades que apresentam acervos do século XX. Do mesmo modo, raras são as Unidades que têm orientado suas aquisições para o denominado “novo patrimônio”, incluindo-se aí: o material etnográfico, os testemunhos de segmentos sociais diversificados, os documentos de tecnologia industrial e do cotidiano rural e urbano.

Como anteriormente foi afirmado os museus são lugares de memória, e em consequência são também lugares de lembrança e de esquecimento. A construção do patrimônio cultural e a ação preservacionista estão baseadas exatamente neste jogo dialético entre a lembrança e o esquecimento. Os museus históricos, por exemplo, ao deixarem de preservar os testemunhos da tecnologia industrial jogam esta fatia do patrimônio cultural no esquecimento. A não preservação das representações da memória tecnológica, sobretudo daquela tecnologia que Aloísio Magalhães denominava de patrimonial, dificulta o desenvolvimento tecnológico e harmonioso do país.

O exercício da cidadania passa pela construção da memória e consequentemente pelo resgate de alguns elementos que voluntária ou involuntariamente foram lançados no esquecimento coletivo.

Para terminar nada melhor do que reproduzir aqui o diálogo entre o Rei Milinda Panha e o sábio budista Nagasena:

“— Nagasena, a memória produz-se sempre como um ato espontâneo, ato de reconhecimento, ou há uma memória provocada?

— Existem uma e outra.

— Mas uma vez que nós reconhecemos toda lembrança, não há, propriamente falando, memória provocada?

— Se não houvesse memória provocada, os artesãos não poderiam exercer o seu ofício, não se utilizariam de conhecimentos técnicos, os professores seriam inúteis. Tudo isso tem utilidade, graças à memória.”

## Notas

1. Texto apresentado, em 1991, no Congresso *Patrimônio Histórico e Cidadania*, promovido pelo Departamento do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo. Os autores estão convencidos de que o presente texto continua atual em seus aspectos fundamentais. Sem abjurarem, o que foi escrito, eles solicitam que o texto seja considerado em seu contexto.
2. A Comissão de Inventário de Acervos Museológicos (CIAM) foi composta pelos seguintes técnicos: Cícero Antônio Fonseca de Almeida, Lia Fernandes, Lúcia Meira Lima, Jorge Cordeiro, Mário de Souza Chagas, Marisa Poyares, Solange de Sampaio Godoy e Vera Lúcia B. Tostes.

## Bibliografia

- CHAGAS, M. Museologia, Memória e Patrimônio Cultural. *Reunião da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC)*, UFRJ1990.
- CHAUÍ, M. Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo, Brasiliense1986.
- DUARTE, P. Contra o Vandalismo e o Extermínio. São Paulo, Departamento de Cultura de São Paulo 1938.
- FALCÃO, J. Como defender o patrimônio brasileiro? Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 12 de agosto 1987.
- FERREZ, H.D. e BIANCHINI, M.H. Thesaurus para acervos museológicos. Rio de Janeiro, FNPM 1987.
- MICELI, S. (org.). Estado e Cultura no Brasil. São Paulo, Difel 1984.

MINISTÉRIO DA CULTURA (SPHAN/FNPM). Relatório da Comissão de Inventário de Acervos Museológicos (CIAM) 1990.

MOTA, C.G. Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974). São Paulo, Ática 1990.

NORA, P. Entre Mémoire et Histoire — La Problématique des Lieux. Les Lieux de Mémoire. Vol. I. La République, Paris, Gallimard 1984.